

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.545 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2002

Maldaner propõe voto para quem estiver fora da seção

Eleitor que estiver fora de sua seção eleitoral poderá ter o direito de votar, segundo projeto de Casildo Maldaner enviado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Emilia defende presença mais ativa da mulher na política

Recesso parlamentar poderá ser reduzido

Paulo Hartung propõe redução do recesso



Célio Azevedo

PÁGINA 4

Ministro deve ser ouvido hoje na CPI das ONGs

Pratini de Moraes foi convidado a prestar esclarecimentos sobre organização canadense acusada de manipular plantio de soja

Além do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratini de Moraes, mais três pessoas devem prestar depoimento hoje, a partir das 17h, na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação irregular de organiza-

ções não-governamentais (ONGs). Os depoentes são Alexandre Paes dos Santos, diretor da empresa de consultoria política APS; Paulo César Medeiros, colaborador da Associação Amazônia; e Domis Lopes, presidente da ONG Adesbrar.

PÁGINA 3

Proposta acelera processo de cassação de mandato

Projeto de Osmar Dias, relatado por Francelino Pereira, antecipa início do processo para cassação de senador.



Célio Azevedo

Proposta de Osmar Dias está tramitando na CCJ

PÁGINA 4

Parlamento forte ajuda democracia na América Latina

Um parlamentarismo moderno e ágil poderá ser solução para os problemas dos países da América Latina, decepcionados com a volta do sistema democrático. A conclusão é do professor Gerardo Caetano, da Universidade da República (Uruguai), no primeiro painel do IV Curso Regional Mercosul, promovido pelo Senado.

PÁGINA 2

Realizado no Auditório do Interlegis, no Senado, o IV Curso Regional Mercosul conta com representantes de universidades e de instituições da região



Roque Sá

Especialista defende parlamentarismo na AL

Professor Gerardo Caetano, da Universidade da República (Uruguai), diz que nesse sistema de governo pode estar a solução para os intrincados problemas econômicos e sociais dos países do continente

Um parlamentarismo moderno, ágil, participativo e adaptado às condições regionais poderá vir a ser uma solução para os intrincados problemas dos países da América Latina, que amargam hoje, nos planos econômico e social, enormes decepções com a volta do sistema democrático. A afirmação foi feita ontem pelo professor Gerardo Caetano, diretor do Instituto de Ciência Política da Universidade da República (Uruguai), no primeiro painel do IV Curso Regional Mercosul – O Poder Legislativo na Democracia e Integração.

O seminário, promovido pelo Senado (Interlegis e Instituto Legislativo Brasileiro), pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e pelo Colégio das Améri-



Na abertura do curso, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (C), disse que a sociedade tem hoje plenas condições de acompanhar a atuação parlamentar

cas (Colam), conta com a participação de representantes de universidades e de várias instituições do Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Canadá.

Ao abordar o tema da democra-

cia nos países do Mercosul, Gerardo Caetano disse que o fim dos regimes ditatoriais no continente gerou grande expectativa na população de ver solucionados os seus principais problemas, como

a geração de empregos, distribuição de renda e crescimento econômico. Os novos governos democráticos, contudo, não souberam resolver esses problemas, advindo, daí, uma insatisfação crescente da sociedade.

O professor atribuiu grande parte dos transtornos socioeconômicos da América Latina à opção pelo presidencialismo e por uma "democracia delegativa", na qual, a seu ver, são concedidos poderes de monarcas aos presidentes eleitos, transferindo-se para estes o cumprimento de todas as expectativas da sociedade.

Outro palestrante, o professor Dorval Brunelle, diretor do Departamento de Sociologia da Universidade de Quebec (Canadá), partiu de uma análise sobre o Nafta

(Acordo de Livre Comércio da América do Norte, bloco econômico que reúne os Estados Unidos, Canadá e México) para defender a necessidade de novas normas e novo aparato legal para adequar as Constituições de cada país integrante do novo bloco econômico. Isso, para ele, aconteceu com relação ao Nafta e deverá ocorrer, também, com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Após as exposições, o comentarista do painel, Caetano Ernesto Araújo, consultor legislativo do Senado e professor da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou a necessidade de se buscar o fortalecimento da representatividade nos parlamentos e dos partidos políticos em toda a América Latina.

Agaciel destaca participação popular no trabalho legislativo

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, disse ontem, na solenidade de abertura do IV Curso Regional Mercosul, que o Congresso Nacional vem adotando, nos últimos anos, uma série de medidas no sentido de criar as condições básicas que resultem, de fato, no aumento da participação popular no trabalho do Legislativo.

Agaciel disse que a sociedade brasileira tem hoje plenas condições de acompanhar o trabalho dos senadores, nele interferindo para sugerir, apoiar ou criticar, por meio do complexo de comunicação criado pela Casa, formado por uma agência de notícias, uma emissora de rádio e uma de televisão, um jornal diário impresso e um serviço de relações públicas.

Agaciel Maia disse ainda que, mediante um acordo firmado entre a Biblioteca do Senado e a do

Congresso norte-americano, será possível ao parlamentar brasileiro, antes de elaborar uma proposta legislativa, fazer um trabalho comparativo com as leis em vigor em dezenas de outros países de modo a usufruir de experiências bem sucedidas, adaptando-as, se for o caso, à realidade brasileira.

Também estiveram presentes à solenidade o diretor-geral da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, a coordenadora do evento, Elizabeth Sphear, e o diretor do Interlegis, Paulo Fontenelle.

O IV Curso Regional Mercosul, realizado no auditório do Interlegis, no Senado, prossegue hoje, com a discussão de temas relacionados à representação política, pelos professores David Fleisher, Antonio Otávio, Arlindo de Oliveira e Marcelo Lacombe, do Brasil, e Hugo Carvajal, da Bolívia. O encerramento será neste sábado.

Estande do Senado recebeu 100 mil visitantes

O Senado Federal encerrou no último domingo a sua participação no 3º Salão do Livro de Minas Gerais. Durante os 11 dias do evento, a Casa levou suas publicações e informações sobre a instituição para um público estimado em 100 mil pessoas residentes em Belo Horizonte e região. Essa foi a primeira vez que a Casa montou um estande no evento, o que permitiu um contato direto com os mineiros.

Na noite da sexta-feira, os senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Arlindo Porto (PTB-MG) promoveram uma sessão de autógrafos em que compareceram cerca de 700 pessoas, entre as quais personalidades da política do estado, como o deputado fe-



Arlindo Porto e Francelino Pereira autografam obras de sua autoria no Salão do Livro de Minas Gerais



Fotos: Divulgação

deral Nilmário Miranda (PT), que é candidato ao governo de Minas.

Francelino autografou livros sobre o ex-vice-presidente Pedro Aleixo, o ex-governador Milton Campos e o jornalista Carlos Castelo Branco, o Castelinho. Familiares das personalidades homenageadas pelo senador compareceram ao estande do Senado.

Diante do interesse demonstrado pelo público, Francelino retornou ao estande do Senado no sábado para autografar mais exem-

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: sessão de homenagem à Maçonaria brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom.

COMISSÃO

17h – CPI das ONGs
Pauta: exposição do ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, da Agricultura e Abastecimento; e depoimentos do analista de sistema Paulo César Monteiro de Medeiros, membro da Associação Amazônia; de Domis Vieira Lopes, presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar); e de Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS – Consultoria Política. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

plares de seus livros e cumprir os visitantes do Salão do Livro. Pouco antes, o estande recebeu a presença do governador de Minas Gerais e ex-senador Itamar Franco, que manifestou satisfação pela participação do Senado no evento, "contribuindo para o sucesso do Salão do Livro".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Pratini de Moraes deve falar hoje à CPI das ONGs

Ministro foi convidado a prestar esclarecimentos sobre denúncia contra a ONG canadense Focus, acusada de oferecer dinheiro para que produtores abandonem plantio de soja visando reduzir a produção nacional do grão

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs) no país apura, nesta semana, denúncias contra entidades que desenvolvem atividades nos setores de agricultura, meio ambiente, cultura e saúde. Além do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, convidado a falar sobre suspeitas de manipulação no



Comissão, presidida por Mozarildo, apura também denúncias contra ONGs

plantio de soja pela ONG canadense Focus, três pessoas foram convocadas a prestar depoimento à CPI hoje, a partir das 17h.

A vinda do ministro da Agricultura ao Senado foi solicitada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), presidente da CPI das ONGs. Mozarildo apresentou requerimento após a TV Globo veicular reportagem denunciando a ONG Focus pela oferta de "compensação financeira" a produtores rurais que concordassem em abandonar o plantio de soja no país. O artifício usado pela entidade teria o objetivo de reduzir em 30% a produção nacional do grão.

Depois da exposição de Pratini de Moraes, a comissão deve ouvir o depoimento do analista de sistema Paulo César Monteiro de Medeiros, que teria sido colaborador da ONG Associação Amazônia por mais de um ano. Entre os desvios atribuídos à organização, destacam-se atividades executadas junto a entidades estrangeiras envolvidas com o desenvolvimento do plano de manejo da reserva Xixuaú-Xiparinã.

Em seguida, está previsto o depoimento do presidente da Agên-

cia de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar), Domis Vieira Lopes. Sediada em Campinas (SP), essa ONG teria, segundo requerimento de Mozarildo, sido alvo de denúncia do jornal *Folha de S. Paulo* relativa à "aplicação irregular" de R\$ 450 mil repassados pelo fundo de cultura do governo federal. Também pesa contra a Adesbrar a falta de alvará de funcionamento e de cadastramento junto a órgãos governamentais.

MEDICAMENTO

O último depoente da reunião de hoje é Alexandre Paes dos Santos, diretor da empresa de consultoria política APS. Sua convocação foi solicitada em requerimento do senador Tião Viana (PT-AC), apresentado logo após depoimento prestado à CPI das ONGs pelo presidente do laboratório Novartis, Andreas Strakos. Na ocasião, Strakos negou que o consultor tivesse intermediado a compra, pelo Ministério da Saúde, do medicamento Glivec, produzido pelo Novartis para o tratamento de câncer, apesar de a imprensa haver noticiado a vinculação de Santos ao negócio.

Senado homenageia a Maçonaria brasileira

O Senado se reúne hoje, a partir das 14h30, para homenagear a Maçonaria brasileira pelo transcurso do Dia do Maçom. A homenagem, solicitada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), será realizada na parte da sessão destinada ao horário do expediente.

A Maçonaria é uma sociedade parcialmente secreta que proclama a fraternidade e a filantropia. É uma ordem universal, à qual se associam homens de todas as nacionalidades, congregados em lojas, nas quais estudam o aperfeiçoamento da sociedade humana.

A sociedade maçônica é fundada no entendimento de que, sob os princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, assim como da moral, da razão e da justiça, o mundo alcançará a felicidade geral e a paz universal.

Patrocínio sugere que preso pague sua despesa na prisão

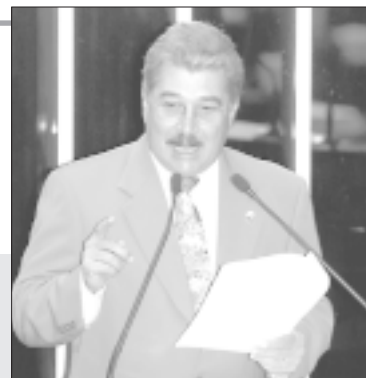
Os presos que tenham condição financeira devem ressarcir o Estado pelas despesas causadas pela sua permanência nos presídios brasileiros, defendeu o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), autor de projeto neste sentido. Ele comparou as despesas dos presidiários com a alimentação, vestuário e tratamentos médico-odontológicos com o que é gasto atualmente com o pagamento dos policiais.

A conclusão, avaliou o senador, é que os dois valores se encontram no mesmo patamar. Patrocínio criticou o atual sistema penitenciário, que na sua opi-

nião incentiva a reincidência.

— Para se ter uma idéia, um preso, na média nacional, custa R\$ 500 por mês; um estudante de ensino fundamental consome do governo R\$ 50 por mês. É um absurdo que mantemos nos presídios, às vezes até com regalias, presos ricos gastando dinheiro da população brasileira — disse.

De acordo com Patrocínio, o projeto impõe a cobrança de presos que tenham recursos. Segundo detalhou, os condenados de colarinho branco, que roubam a União, os banqueiros do jogo do bicho e os envolvidos com narcotráfico são os tipos de criminosos



Projeto de Patrocínio prevê que dinheiro arrecadado se reverta em melhoria dos presídios

que podem ressarcir o Estado.

Carlos Patrocínio acredita que o dinheiro arrecadado poderá ser usado na manutenção, ampliação e melhoria dos estabelecimentos penais. O projeto se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Maior rigor com serviço de loteria não autorizado

Projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que tipifica como crime a exploração, sem autorização legal, de serviços de loteria ou de concursos de sorteios de números ou quaisquer outros símbolos foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria agora deverá seguir para apreciação na Câmara dos Deputados, caso não haja recurso solicitando votação em Plenário.

A CCJ aprovou por unanimidade o parecer do senador Luiz Otávio (PPB-PA), favorável à iniciativa de Maguito Vilela, que



Para Maguito, autor do projeto, infração será punida com dois a seis anos de prisão

penaliza o infrator com dois a seis anos de detenção, além de multa. Em sua justificativa, o autor da proposta afirmou que,

para se coibir com efetividade esta prática, é necessário transformar em crime a exploração de loterias não-legalizadas, hoje considerada uma contravenção penal.

Para Maguito, "embutida na transgressão da prática de jogos não autorizados, está toda uma gama de crimes praticados pelos seus autores, como estelionato, lavagem de dinheiro" e outros. O senador afirmou haver no Brasil 200 mil máquinas "caça-níqueis" e 15 mil bingos, que movimentam por ano quase R\$ 20 bilhões. Para ele, a mudança na legislação irá levar mais rigor ao combate dessa prática no país.

Ataque a prédio público pode ser crime hediondo

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer incluir na lei dos crimes hediondos atentado contra repartições públicas seguido de morte, de forma a inibir e punir com severidade esse tipo de delito. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será examinado em caráter terminativo. Caso não haja recurso para submeter a matéria à deliberação do Plenário, a decisão da CCJ seguirá direto à análise da Câmara dos Deputados.

Na justificativa da proposta, o

senador salienta que a mídia vem noticiando uma verdadeira escalada de violência contra prédios e servidores da administração pública, incluindo tribunais de justiça, delegacias de polícia e seccionais do Ministério Público.

Recentemente, lembra Carlos Bezerra, cadeias e presídios foram metralhados e sofreram atentados com diversos tipos de explosivos.

— O país tornou-se refém dos criminosos e o cidadão esconde-se amedrontado. É o roubo da cidadania — disse.



Carlos Bezerra: país está refém de criminosos e cidadãos estão amedrontados

Maldaner propõe garantia de voto a eleitor que estiver fora da seção

Projeto prevê pedido de autorização a juiz para transferência temporária da folha individual de votação. Conforme o senador, essa é uma antiga reivindicação dos próprios eleitores

O eleitor que no dia das eleições estiver fora de sua seção eleitoral poderá vir a ter o direito de votar. Isso é o que prevê projeto de lei de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda decisão terminativa.

Pela proposta, o eleitor teria um prazo mínimo de 60 dias antes das eleições para solicitar autorização ao juiz eleitoral de sua circunscrição, mediante preenchimento de formulário

próprio, instruído com justificativa e documento comprobatório de sua residência. Uma vez homologado o pedido, o juiz eleitoral promoveria a transferência temporária da folha individual de votação para a seção mais próxima da residência indicada pelo eleitor, fora da sua seção eleitoral.

Segundo Casildo Maldaner, o voto fora da seção eleitoral é, na realidade, uma antiga reivindicação dos próprios eleitores. Para viabilizá-lo, ele propõe alterar o Código Eleitoral.

O senador observa, ainda, que o uso dos meios eletrônicos de votação para todos os municípios, da forma como vem sendo feito no país, confere maior segurança, confiabilidade e rapidez ao processo eleitoral, concluindo uma etapa importante do processo de modernização e democratização do procedimento eleitoral. Para Maldaner, a proposta viabilizaria mais uma etapa do aprimoramento da atual legislação, dentro de uma boa margem de segurança contra fraudes eleitorais.



Maldaner sugere alteração no Código Eleitoral para permitir voto fora da seção

Ime Araújo

Processo de cassação pode ser modificado

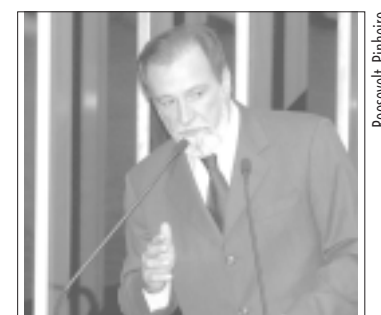
O início do processo de cassação de mandato de senador pode sofrer antecipação, caso a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprove projeto de resolução do senador Osmar Dias (PDT-PR). A matéria recebeu substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) e deve entrar na pauta da comissão neste semestre.

A proposta acrescenta um dispositivo à Resolução nº 20, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Atualmente, a abertura do processo de cassação pela Mesa Diretora só ocorre se for acatado relatório nesse sentido já aprovado pelo Conselho de Ética. Osmar Dias quer que o processo seja iniciado a partir do despacho de conhecimento de qualquer denúncia ou representação pelo Conselho de Ética.

Conforme o projeto, esse despacho de conhecimento será dado por um relator, designado pelo presidente do Conselho de Ética 48 horas após o recebimento da representação ou denúncia. Quando a decisão da relatoria for pelo não acolhimento da representação ou denúncia, ela será encaminhada aos membros do conselho e da Mesa Diretora, sendo facultado a qualquer senador recurso da decisão ao plenário do colegiado.

De acordo com Osmar, sua intenção é "impedir que o congressista se valha da renúncia para escapar ao ônus jurídico e político decorrente da cassação de mandato". Hoje, o parlamentar só fica impedido de renunciar após a Mesa Diretora decidir pela abertura de processo de cassação. Se o fizer antes, pode evitar a suspensão dos direitos políticos, que o torna inelegível por oito anos, no caso de a cassação do mandato ser aprovada.

Em seu substitutivo, Francelino altera o projeto no tocante ao início do processo de cassação, que só ocorreria com a publicação, no *Diário do Senado*, do despacho do Conselho de Ética sobre o conhecimento da denúncia ou representação.



Osmar quer impedir que renúncia sirva para evitar ônus jurídico e político da cassação

Roosevelt Pinheiro

Mulher deve ter presença mais ativa na política, afirma Emilia

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) defendeu uma postura mais ativa das mulheres no cenário político nacional. A declaração foi feita durante o 6º Encontro Estadual de Mulheres Dirigentes Sindicais, realizado na semana passada, em Porto Alegre (RS). O encontro, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), discutiu a necessidade de um melhor preparo para as mulheres trabalhadoras rurais na condição de líderes sindicais.

A senadora gaúcha participou de mesa-redonda sobre a posição feminina nos governos estaduais, distrital e federal. Emilia lembrou que o Brasil conta atualmente com mais de 82 milhões de mulheres — mais de 50% do eleitorado do país. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, a participação da mulher no processo democrático é crescente. Entretanto, a parlamentar salientou que a representatividade feminina nas esferas decisórias ainda é irrisória.

Como exemplo, Emilia observou que as mulheres ocupam apenas 7% das cadeiras no Congresso Na-



Para Emilia, representatividade feminina nas esferas de decisão do país ainda é irrisória

José Cruz

cional. De acordo com a senadora, as eleições de outubro ainda não refletirão a verdadeira potencialidade da mulher na política.

— A lei das cotas reserva o mínimo de 30% das vagas dos partidos políticos às candidaturas femininas, no entanto são poucos os partidos que investem em suas candidatas. A regra é tratar de forma diferenciada as candidaturas de homens e de mulheres. Ainda faltam apoio e investimento para as mulheres disputarem em pé de igualdade com os homens — afirmou Emilia Fernandes.

CCJ vai examinar redução do recesso do Congresso

Após o encerramento das sessões de discussão em primeiro turno no Plenário, três propostas de emenda à Constituição (PEC) que prevêem a redução do período de recesso parlamentar do Congresso Nacional retornaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O reexame das proposições, que tramitam em conjunto e são de autoria do ex-senador Jader Barbalho e dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO), foi motivado pela apresentação de emenda de Plenário pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). A CCJ deverá retomar a discussão da matéria neste semestre.

Conforme a emenda oferecida por Patrocínio, o Congresso Nacional deverá se reunir, anualmente, no período de 20 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Apesar de manter o recesso de um mês em julho, o senador petebista propõe a diminuição do recesso de final de ano de 60 para 30 dias, fixando-o de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

“Essas propostas vêm ao encontro do anseio da sociedade no sentido de diminuir o recesso parlamentar, evitar pagamentos extras e, sobretudo, convocações extraordinárias frequentes por parte do presidente da República”, afirmou Patrocínio, ao defender a emenda em Plenário. O senador José Fogaça (PPS-RS) foi indicado relator da proposi-



Hartung é autor de uma das propostas de redução do recesso parlamentar

Célio Azevedo

ção na CCJ.

Tanto a emenda de Patrocínio como as três PECs divergem quanto à interrupção temporária dos trabalhos do Congresso. A proposta de Jader Barbalho estabelece que as sessões legislativas deverão ocorrer de 5 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro, restringindo o recesso parlamentar ao mês de julho e ao período entre 21 de dezembro e 4 de janeiro.

Quanto à proposta de Hartung, ela fixa o período de recesso anual de 21 de dezembro a 1º de janeiro, prevendo também a concessão de férias coletivas aos parlamentares dentro do calendário de funcionamento do Congresso, que deverá se reunir de 2 de janeiro a 20 de dezembro. Já Maguito pleiteia o fim do recesso de julho e reduz de 60 para 30 dias o recesso do final de ano. Dessa forma, os trabalhos legislativos seriam realizados de 15 de janeiro a 15 de dezembro.

Candidatas nas eleições de outubro

Deputadas estaduais e distritais	1.929
Deputadas federais	558
Senadoras	40
Governadoras	18
Vice-presidente da República	1